

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.823 - GO (2019/0300093-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : THALES JOSE JAYME E OUTROS  
**ADVOGADOS** : THALES JOSÉ JAYME - GO009364  
AURO BORGES DE ALMEIDA JAYME - GO037800  
GABRIELA DE PAULA BORGES MENDES - GO057202  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : JOAO RODRIGUES NETO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOAO RODRIGUES NETO contra decisão de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a qual indeferiu liminar em *writ* manejado contra ato do JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA DA COMARCA DE GOIÂNIA que recebeu a denúncia e marcou audiência de instrução para o dia 11 do corrente mês, na Ação Penal n. 18342-32.2019.8.09.0175.

No presente *mandamus*, a defesa pugna pela superação da Súmula 691/STF, ao argumento de que a denúncia seria inépta.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o trancamento da ação penal.

É o relatório.

Decido.

O *writ*, conquanto impetrado por profissional legalmente habilitado, está deficientemente instruído. Não foi juntada aos autos cópia da decisão da relatora que negou a liminar no *mandamus* protocolado na origem, documento essencial à exata compreensão da controvérsia e ao exame da plausibilidade do pedido.

Cabe ressaltar que em razão da celeridade do rito do *habeas corpus*, incumbe ao impetrante apresentar prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da impetração. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes, entre outros:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.**

# Superior Tribunal de Justiça

TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

II - Na hipótese, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos, sem a juntada de documentação que comprove a data efetiva da concessão do benefício, bem como se houve o seu cumprimento, o que impossibilita o exame do constrangimento ilegal alegado.

III - Como é cediço, o rito de habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, descabendo conhecer de impetração mal instruída, sem as informações essenciais para o deslinde da controvérsia. Precedentes.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 509.183/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/07/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. MANDAMUS NÃO INSTRUÍDO COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. É ônus da defesa municiar o órgão julgador com a prova pré-constituída de suas alegações, mormente quando se trata de profissional habilitado ao exercício da advocacia.

2. No caso, a impetração não se encontra acompanhada dos documentos necessários para o deslinde da causa, notadamente as decisões proferidas nas instâncias ordinárias, o que impossibilita compreender integralmente os fatos mencionados e analisar o constrangimento alegado.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 481.235/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 27/06/2019)

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator